

## A IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA SEMED (1993-2004): PRIMEIROS (DESCOM)PASSOS<sup>1</sup>

Sérgio Onofre Seixas de ARAÚJO<sup>2</sup>

### Resumo

O presente artigo busca situar o contexto histórico e político de implantação da Gestão Democrática na rede municipal de ensino da cidade de Maceió, destacando os percalços encontrados, a reação conservadora e as soluções políticas encontradas para sua superação e ou acomodação, a uma cultura política marcada pelo fisiologismo nas relações institucionais.

**Palavras chave:** Democracia, gestão, participação social

A rede pública de ensino municipal só vai vivenciar a Gestão Democrática a partir de 1993, com a vitória da coligação “Frente Maceió Popular” — uma aliança político-partidária situada ideologicamente no campo da esquerda —, composta pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB, pelo Partido dos Trabalhadores – PT e pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT, que enfrentou e derrotou eleitoralmente duas outras candidaturas representativas de setores divergentes da elite local.

A vitória eleitoral de 1993 irá romper com uma longa sequência de revezamento das oligarquias no exercício do poder local. Tal fato se revestirá de um enorme significado, representando um grande avanço político, notadamente num estado que teve sua formação histórica profundamente marcada por práticas clientelistas, paternalistas e fisiológicas, constituída como expressão das relações e do exercício de

<sup>1</sup> O presente artigo é parte dos estudos desenvolvidos ainda quando da realização do Mestrado em Serviço Social (UFPE) e publicado em versão modificada em 2007 pela Edufal, com o título *Gestão Democrática: os desafios de uma gestão participativa na educação pública em uma sociedade clientelista e oligárquica*.

<sup>2</sup> É professor da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, graduado em História pela também UFAL, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira – PPGE/CEDU/UFAL. E-mail: sergio.onofre@penedo.ufal.br

uma determinada forma de poder político, que tem na propriedade da terra o seu fundamento.

O Programa eleitoral apresentado pela Coligação Frente Maceió Popular ainda em 1992 (durante a campanha eleitoral), intitulado: *“Maceió para todos”*, centrava suas propostas numa perspectiva de democratização do Estado. Assim, dos seis *“princípios”* norteadores das ações de Governo à frente da Prefeitura Municipal de Maceió, quatro referiam-se à descentralização político-administrativa e à democratização das esferas de poder do município, com a implementação de ações que possibilitassem e incentivassem uma ampla participação da sociedade na elaboração e na fiscalização da execução das ações e prioridades do novo governo.

No entanto, estranhamente, no rol das propostas gerais (doze no total), apenas uma se referia diretamente aos “princípios fundamentais” elencados, afirmando no item “g” o compromisso com a instituição dos *“conselhos municipais nas diversas áreas da administração (meio ambiente, saúde, educação, cultura, transporte, habitação, saneamento...)”*. Curiosamente, no detalhamento das ações, por áreas específicas, tal prioridade só aparece na lista das principais bandeiras nas áreas de Saúde e Turismo. Com formulações bem distintas, o primeiro propõe *“instituir o Conselho Municipal de Saúde que garanta a participação popular ou controle social de forma paritária...”* o segundo, prevê a *“criação de um Conselho Municipal de Turismo garantindo a participação empresarial e da sociedade civil [!?]”*. Quanto ao incentivo à participação da sociedade de modo geral, limita-se a proposta de instituição do *“controle social dos preços no mercado público”* e de assegurar a municipalização dos serviços de transporte coletivo com *“a garantia da participação do empresariado [?]”*.<sup>3</sup>

Os equívocos, omissões e mesmo contradições, presentes no conteúdo do Programa e, em especial, nas ênfases em diferentes setores da sociedade, em momentos distintos do mesmo texto e, ainda, no que se refere à participação, expressa,

<sup>3</sup> Todas as citações deste parágrafo foram retiradas do texto *Maceió para todos: plano para uma gestão municipal popular*, apresentado pela Frente Maceió popular, Maceió, 1992.

na melhor das hipóteses, “a fragilidade das instituições, partidos incluídos, [sendo] uma marca das sociedades politicamente atrasadas [onde] a vida partidária [...] somente existe nos períodos pré-eleitorais” (CARVALHO: 1993, p. 94-95).<sup>4</sup>

Vencidas as eleições e assumido o comando político do município — em janeiro de 1993 —, o novo governo irá se defrontar, com uma enorme diversidade de problemas a exigirem soluções imediatas. Especificamente no aspecto educacional, o quadro com que se deparará o governo, recém-eleito e empossado, e a equipe que assumira a Secretaria Municipal de Educação – SEMEC,<sup>5</sup> foi classificado como “desolador” e “caótico”, apresentando elevados índices de evasão escolar e de repetência no ensino fundamental, além do completo sucateamento da rede física, da falta de material pedagógico, da ausência de capacitação de seu corpo docente e, ainda, pelo rebaixamento salarial a que estavam submetidos os profissionais da educação.

188

*Os professores viviam uma situação de humilhação, com salários defasados e o Estatuto do Magistério, desrespeitado. O número de alunos matriculados era de 26 mil, o segundo grau não funcionava em nenhuma das escolas da rede [municipal], e sete das unidades de ensino do município encontravam-se com os prédios e os professores cedidos, no horário noturno, para a rede Cenecista, que cobrava da população pelos serviços oferecidos [sic] utilizando para isso, a verba pública (SEMED, 1995, p. 5).*

Um diagnóstico que deixa claro o descaso a que vinha sendo submetida à Educação Pública no município de Maceió, além de uma clara apropriação privada de

<sup>4</sup> O autor considera a eleição da chapa: Ronaldo Lesa e Heloísa Helena para prefeito e vice em finais de 1992, uma derrota política, na medida em que a coligação PSB/PT não conseguiu eleger nenhum vereador, refletindo o peso real e a pouca influência desses dois partidos na sociedade alagoana. A chapa de vereadores que contou com 26 candidatos só obteve, somados os votos de todos os candidatos, “aproximadamente 10% dos [votos] dados ao candidato a Prefeito”, expressão, segundo o autor, da fragilidade histórica da esquerda alagoana.

<sup>5</sup> A sigla SEMEC, será modificada para SEMED — denominação que será doravante utilizada no presente trabalho — a partir da Lei nº 4228 de 29 de julho de 1993, que dispõe sobre a estrutura da Secretaria Municipal de Educação, ajustando-a as novas necessidades criadas pela implementação da Gestão Democrática na rede municipal de ensino de Maceió.

bens e recursos públicos, tão comum na nossa cultura política. Situação essa que o novo governo se propunha a modificar.

Diante desse quadro, que repercutia com grande intensidade na capital alagoana, pretendia a equipe que naquele momento (1993) assumia a SEMED, criar as condições que possibilitassem “*construir uma escola autônoma, com capacidade de gerir sua própria política educacional, orientada pela Gestão Democrática enquanto opção politicamente possível à recuperação do sistema de ensino de Maceió*” (SEMED: 1995, p. 3).

Para reverter o quadro alarmante de analfabetismo e evasão escolar verificado até 1992 na rede municipal, a SEMED assumia como compromisso, democratizar o ensino e a gestão educacional elencando dentre os inúmeros desafios “*acabar com a ingerência política partidária na administração da Secretaria*” (FRANÇA et al., 1995, p. 22).

Apostavam, portanto, os novos condutores da política educacional na cidade de Maceió, na descentralização e na participação da sociedade como meio para solucionar os graves problemas diagnosticados, recuperar o sistema de ensino e fomentar uma cultura de gestão e controle social da política pública de educação.

Neste sentido, foi dado encaminhamento aos procedimentos legais para a institucionalização dos mecanismos que legitimariam a Gestão Democrática — Conselhos Escolares e Eleição de Diretores —, para as escolas da rede municipal de ensino. Ambos os mecanismos, mesmo legalmente amparados nos três níveis da administração pública (federal, estadual e municipal), esbarraram, num primeiro momento, com uma série de dificuldades para a sua efetivação, todas em função de práticas arraigadas de natureza autoritária e mandonista, presentes na sociedade alagoana.

O caminho adotado, para romper as resistências e implementar as mudanças, foi o da elaboração do arcabouço jurídico necessário para regulamentação da nova política e sua aprovação pelo Legislativo Municipal, sem um debate mais aprofundado com os

setores e sujeitos envolvidos. Assim, regulamenta-se a Gestão Democrática, na área da Educação, instituindo-se formalmente, os mecanismos de participação popular, inicialmente com a criação e implementação dos Conselhos Escolares, que *“juntamente com a direção, escolhida pelo voto de todos que compõem a comunidade escolar [passam a compartilhar], as decisões sobre a organização dos trabalhos no âmbito das escolas”*,<sup>6</sup> constituindo-se em espaços de intervenção política daqueles atores sociais, logo em seguida, a regulamentação do processo de Eleição de Diretores das unidades de ensino e, finalmente, a criação do Conselho Municipal de Educação como órgão normativo, deliberativo e fiscalizador do Sistema de Ensino — Lei 4.401 de 10 de dezembro de 1994.

Com relação aos mecanismos de participação mais ampla da sociedade foram instituídas as Conferências de Educação, como instância máxima de definição da política em nível municipal. Proposta, inicialmente, para ser realizada a cada dois anos, mesmo fartamente utilizada ainda no primeiro governo do PSB, com a realização de três conferências em quatro anos de governo —, cairá no esquecimento nos períodos seguintes.

Quanto à estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, esta foi reformulada internamente<sup>7</sup> para atender às novas demandas postas pelo novo governo, com destaque para a criação do Departamento de Gestão Democrática – DGD, com o objetivo de coordenar e fortalecer o processo de gestão democrática, incentivando, implementando, acompanhando e avaliando a participação da comunidade escolar, a participação e o trabalho dos conselheiros, responsabilizando-se ainda, por sua capacitação e pela articulação de parcerias para a execução do seu projeto político pedagógico.

<sup>6</sup> Jornal Educação e Cidadania – Informativo da Secretaria Municipal de Educação, Maceió, junho de 2000.

<sup>7</sup> Lei 4228/29.07.1993.

No entanto, a disposição e a “*vontade política de garantir a gestão democrática*”,<sup>8</sup> da parte daqueles que estavam à frente da Secretaria de Educação, não foi facilmente assimilada pelos usuários do sistema, nem mesmo pelo corpo funcional da própria Secretaria, “*a democratização das decisões esbarrou em valores estabelecidos e encontrou resistência por parte dos que não assimilaram a viabilidade do projeto*” (SEMED: 1995, p. 7), em alguns casos, porque simplesmente não acreditavam na possibilidade de sua efetivação — tipo de ceticismo mais presente no segmento dos pais de alunos, historicamente mantido do lado externo dos muros da escola, alheios à vida escolar e habituados a um tipo de relação individualizada, competindo-lhe apenas, discutir questões relacionadas a seus próprios filhos (assim mesmo restritas ao relacionamento e ao comportamento pessoal do aluno ou, mesmo, ao nível da burocracia: matrículas, documentos, transferências, etc.). Sendo, dessa forma, a administração da escola da competência exclusiva de seus diretores — quanto ao

191

corpo docente, tal descrença expressava-se no temor desse segmento de que tal abertura os fragilizasse, ferindo a sua autonomia pedagógica ou mesmo pondo em xeque sua competência profissional e/ou por representar um maior comprometimento pessoal, mais trabalho e patrulhamento de suas atividades. Segundo Maria José Moraes, à época técnica da SEMED, apud SEMED (1995, p. 8), “*com os professores a gente encontrou muita rejeição, porque para a maioria seria uma forma de fiscalizar o trabalho deles*”.

Na mesma linha de raciocínio a então Secretária de Educação, Maria José Viana, afirmando que “*o processo é lento*” e “*espinhoso*” e que muitas vezes as novas posturas têm de conviver com velhos vícios e arremata:

*O primeiro passo para a democratização do sistema escolar na rede municipal foi incluir a participação da família e dos integrantes da escola. É claro que este não é um percurso fácil. Não se muda mentalidades da noite para o dia, mas não podemos perder de vista que a Gestão Democrática [grifo do autor] é o*

<sup>8</sup> Jornal O Diário, 15,09,93.

*instrumento de maior força para chegarmos ao ensino de qualidade (SEMED, 1995, p. 16).*

A desconfiança e o descrédito inicial dos pais — segundo os documentos e registros do DGD — foram logo substituídos por um forte engajamento destes no processo, diante da possibilidade de interferirem no planejamento e na gestão escolar, experiência da qual, como afirmei, estiveram até então alijados. Quanto aos professores, surpreendentemente, estes permaneceram como o maior foco de resistência.

Visando aprofundar o debate sobre a necessidade e a viabilidade da política de democratização da gestão educacional, a Secretaria irá realizar atividades de capacitação voltadas para a sensibilização dos setores envolvidos no processo. Resulta dessa reflexão, segundo o relatório do DGD, a disposição coletiva dos participantes no engajamento e na defesa de sua implementação, estabelecendo-se ainda, a necessidade de elaboração do Regimento Interno dos Conselhos Escolares, que norteasse todos seus procedimentos. Tal documento foi discutido e *“aprovado posteriormente em assembleia geral que reuniu as 43 escolas da rede municipal em setembro de 1994” (SEMED, 1995, p. 12).*

Pouco antes disso, ainda entre os dias 23 e 26 de agosto, realiza-se a I Conferência Municipal de Educação com o tema *“Educar para a Cidadania”*, que objetivava *“traçar a política educacional do município de Maceió”*, sendo precedida por pré-conferências como forma de preparar o debate, levando-o a todos os segmentos da comunidade escolar e ampliando-o a setores da sociedade civil organizada, instituições públicas, privadas e/ou filantrópicas interessadas em contribuir no processo. Para além dos debates e resoluções norteados pelas temáticas da universalização do ensino fundamental, municipalização, qualidade e participação popular, a I Conferência teve

como resultado mais palpável, e também objetivo inicial proposto na convocatória, a elaboração do Anteprojeto de Lei<sup>9</sup> que instituiu o Conselho Municipal de Educação.<sup>10</sup>

Entendida como coroamento do processo de implantação da gestão democrática no município de Maceió, serão realizadas entre os dias 13 e 15 de dezembro de 1994, as eleições diretas para diretores e diretores adjuntos das 43 unidades educacionais da rede municipal de ensino da cidade.

A II Conferência Municipal de Educação com o tema: *“Educação Popular, desafio atual do ensino público”*, é realizada entre os dias 19 e 23 de setembro de 1995. Dentre as temáticas discutidas no evento, além daquelas relacionadas ao acesso e permanência na escola, a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental e médio, abordou-se a questão da autonomia financeira da escola, como elemento também determinante para a efetiva democratização da educação na esfera municipal. Pela proposta aprovada na Conferência os recursos do Fundo Municipal de Educação deveriam ser direcionados diretamente para as escolas, ficando a definição de sua aplicação sob a responsabilidade do Conselho Escolar, a quem caberia ainda fiscalizar a aplicação destes recursos.

Prevista na LDB, a descentralização da aplicação dos recursos financeiros destinados à educação brasileira, elege a escola como principal unidade executora desses recursos, à escola cabe além de *“elaborar e executar sua proposta pedagógica”* compete-lhe também *“administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros”* (artigo 12, incisos I e II). Buscam assim, os responsáveis pela condução da política educacional em Maceió, normatizar em nível municipal, os avanços consagrados na nova Carta Magna do país e regulamentados pela Lei Federal nº 9.394/96.

<sup>9</sup> Anteprojeto que origina a Lei 4.401 de dezembro de 1994.

<sup>10</sup> Outros diplomas legais fazem referência ao papel e a função do Conselho Municipal: a lei 4.940 de janeiro de 2000, que institui o Sistema Municipal de Ensino, estabelece no Parágrafo Único do Artigo 3º, que o Conselho Municipal de Educação passa a integrar *“a estrutura do Sistema Municipal de Ensino de Maceió [...], com funções normativas e de supervisão e atividades permanentes definidas por lei”*; o Decreto 5.997 de setembro do mesmo ano, irá regulamentar a referida Lei, reafirmando o Conselho Municipal como integrante do Sistema Municipal de Ensino; e, finalmente, a sanção da Lei 5.133 em junho de 2001 que clarifica os critérios para a sua composição.



Outro aspecto relevante para o fortalecimento de tal política e para o presente estudo refere-se à outra temática debatida na mesma Conferência, trata-se da “*garantia da participação efetiva dos segmentos organizados da sociedade na avaliação do processo educacional*”, debate esse, que apontava para a efetivação e formalização de mecanismos de formulação, fiscalização e controle da política educacional em Maceió, abrindo espaço para criação de mecanismos que assegurassem a ampla participação da sociedade na discussão e formulação da política para a cidade, a exemplo das Conferências de Educação, realizadas pela SEMED, e pensada como instância máxima de deliberação da política educacional na capital alagoana — estranhamente a institucionalização de tal mecanismo não é efetivada.

A III Conferência, que é convocada no apagar das luzes do governo Lessa, realiza-se entre os dias 04 e 06 de dezembro de 1996, portanto, após as eleições municipais e no clima de continuidade do governo “socialista”, com a eleição da ex-vereadora Kátia Born, presente ao evento. Com o tema “Educação pública e cidadania em final de milênio”, o relatório final aprovado em plenário propõe como resolução a...

*manutenção do Conselho Municipal, dos Conselhos escolares, da eleição direta para diretores e do fundo municipal de educação [comprometendo-se ainda, em] aprofundar a autonomia escolar nos aspectos administrativos, orçamentários e pedagógico para que cada coletivo escolar defina seu projeto político pedagógico e gerencie seus recursos (CAVALCANTI, mimeo).*

Diante da mudança no comando da administração municipal, mesmo representando a prefeita recém eleita a continuidade do PSB no governo, as resoluções expressam a preocupação com a continuidade do processo iniciado em 1993, na medida em que estas não apontam nenhuma novidade, decidem sobre questões que já estavam implementadas e regulamentadas no plano formal, enfim, decidem sobre o que já estava decidido. Delibera na verdade, pela “*manutenção*” da política de Gestão Democrática no Sistema educacional do município. Expressão ainda dessa mesma preocupação é o debate sobre a condução daquela secretaria a partir de então, a

Conferência discute e delibera sobre o comando da SEMED, optando por um perfil técnico, com compromisso político com a manutenção da Gestão e com o seu aprofundamento, propõe e resolve por aclamação pela indicação de uma técnica da Secretaria que havia ocupado o cargo de Secretária Adjunta da primeira gestão à frente da pasta no início do governo.

*Eu me lembro que na hora que foi colocado isso aqui o nome dela foi colocado na assembleia, estava todo mundo lá, me lembro porque eu estava lá e a Kátia [prefeita eleita] estava lá e o nome da Betânia foi aclamado por unanimidade para ser a secretária e ela [refere-se a prefeita eleita Kátia Born] disse tudo bem, está garantido, no momento ela garantiu, mas quando ela assumiu ela não cumpriu com isso” (depoimento de Vera Lúcia França de Lima – técnica da SEMED).*

Transcorridos dez anos desde que iniciou-se o processo de implantação da gestão democrática na rede de ensino municipal de Maceió, alguns dos problemas inicialmente detectados ainda persistiam: o órgão da Secretaria responsável pelo gerenciamento da política (o Departamento de Gestão Democrática – DGD), a despeito da competência técnica de seus profissionais — contava a época com nove servidores com a responsabilidade de acompanhar as oitenta e cinco escolas, que compunham, a rede municipal de ensino de Maceió —, o DGD deparava-se com a permanências das velhas práticas da política tradicional, algumas identificadas desde o início do processo e que ainda não haviam sido superadas, outras expressavam a continuidade e/ou a adequação da proposta política implantada uma década antes, a comportamentos e práticas que se pretendia extinguir. Tal persistência no entanto, resultara de uma reorientação política na condução do executivo municipal, ao longo dos três mandatos do PSB, à frente da Prefeitura Municipal, reverberando nas secretarias e órgãos da administração como um todo.

A prática mais comum nas administrações anteriores e no modelo tradicional de gestão da coisa pública consistia no loteamento de cargos, na repartição de parcela do poder entre os ocupantes do Legislativo, seja com a nomeação direta de políticos no

exercício de mandatos eletivos, seja nomeando pessoas de sua confiança, como forma de barganhar apoio, construindo uma maioria governista no Legislativo, com base no velho fisiologismo.

Tal procedimento, assimilado pela administração “socialista”, conduziu a nomeação de secretários, motivados por contingências e interesses particulares e imediatos e, na maioria das vezes, sem muita afinidade com a proposta política anunciada nos palanques eleitorais, ou mesmo, já implementada pela nova administração.

Ao concluir o terceiro mandato consecutivo de uma mesma agremiação partidária à frente do executivo municipal de Maceió: Ronaldo Lessa (1993-1996) e Kátia Born (1997-2000 e 2001-2004), a cidade teve, neste mesmo período, por oito vezes, mudanças no comando da SEMED (ver tabela nº 01).

Dentre os titulares que assumiram o cargo de Secretário Municipal de Educação, a primeira, professora Maria José Viana, foi a responsável pela implantação da Gestão Democrática na educação municipal, aposentando-se no início de 1996, deixando em seu lugar, primeiro interinamente e logo depois efetivado no cargo, Pedro Verdino de Lima, à época dirigente do Partido dos Trabalhadores, que permaneceu por apenas dois meses no exercício da função, desligando-se da administração municipal após o rompimento do PT com o PSB, e a conseqüente saída de seus militantes e filiados da estrutura governamental. O terceiro a ocupar o cargo de secretário da Educação, ainda durante o governo Lessa (PSB), foi José Márcio Lessa que permanecerá à frente da SEMED até o final da administração — primo do então prefeito, assegurou, no pleito seguinte a eleição de seu filho, Maurício Quintella Lessa, vereador por Maceió (dois anos depois, já como vereador eleito, Maurício Quintella Lessa, viria a assumir pessoalmente a Secretaria de Educação).

**TABELA Nº 01**

**SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE MACEIÓ DE 1993 A 2003**

<b>Secretário</b>	<b>Partido</b>	<b>Período</b>	<b>Formação</b>
Maria José Vianna	PT	Janeiro de 1993 a março de 1996	Especialista em Educação com militância sindical
Pedro Verdino de Lima	PT	De fevereiro a abril de 1996	Técnico em Edificações (Nível Médio)
José Márcio Lessa	PSB	De abril a dezembro de 1996	Odontólogo e professor da Universidade Federal de Alagoas
Alberto Mendonça Cavalcante	PSDB	Janeiro de 1997 a abril de 1998	Vereador eleito a época é Engenheiro Civil e professor da antiga Escola Técnica Federal (atual IFAL).
Maurício Quintella Lessa	PSB	Abril de 1998 a fevereiro de 2000	Advogado (a época vereador eleito).
Maria Betânia Toledo	PSB	Fevereiro a dezembro de 2000	Pedagoga com Pós-Graduação em Educação Popular, técnica e especialista da SEMED
Ana Dayse R. Dorea	Sem partido	Janeiro de 2001 a junho de 2003	Médica e professora da Universidade Federal de Alagoas
Ana Paula Siqueira Sarmiento	PSB	Junho de 2003	Doutora em Relações Públicas e professora da Universidade Federal de Alagoas.

Fonte: SEMED

Garantida a continuidade do Partido Socialista Brasileiro à frente do Executivo Municipal, com a eleição da odontóloga, ex-sindicalista e ex-vereadora, Kátia Born (também do PSB), assumirá o comando da Secretaria de Educação, ainda durante seu primeiro mandato — rompendo o compromisso público firmado na III Conferência Municipal de Educação a exatos 25 dias, o também vereador eleito Alberto Cavalcante Sexta-Feira, importante liderança política (a época no PSDB), que comporá, no momento subsequente, a chapa como vice-prefeito, na reeleição da prefeita Born, conformando naquela oportunidade uma aliança política com um perfil diferenciado daquele de 1993, unindo PSB e PSDB no comando da Prefeitura de Maceió.

O então secretário Sexta-Feira, como é popularmente conhecido foi substituído um ano depois pelo também vereador, Maurício Quintella Lessa, que se manterá no cargo até janeiro de 2000, pavimentando e assegurando sua reeleição à Câmara Municipal, afastando-se do cargo no limite do prazo determinado pela legislação

eleitoral. Com o afastamento do vereador/secretário para disputar a reeleição,<sup>11</sup> assumirá finalmente o cargo a técnica da SEMED que havia sido indicada, como vimos, três anos antes na III Conferência Municipal de Educação.

Desta forma assume a educadora Maria Betânia Toledo, membro da equipe que implantou a Gestão democrática na rede municipal, dando um novo impulso em direção ao aprofundamento do processo. No entanto, apesar de formalmente conduzida ao cargo, por sua rápida passagem à frente da SEMED, parece não ter exercido muito mais que uma interinidade (em função do afastamento, do vereador por imposição da legislação eleitoral), sendo substituída dez meses depois, logo após a posse formal da Prefeita reeleita, pela médica pediatra e professora universitária Ana Dayse Resende Dórea, que renunciará ao cargo em junho de 2003 para disputar a eleição para Reitoria da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, sendo substituída pela Relações Públicas e também professora da UFAL, Ana Paula Siqueira Saldanha. Chegamos assim, ao oitavo secretário de educação em três mandatos, exercidos por dois políticos de uma mesma agremiação partidária na cidade de Maceió.

Tal rotatividade na direção de uma Secretaria política e estrategicamente importante, que passa a ser ocupada periodicamente, em sua maioria, por políticos com perspectivas ideológicas diferenciadas, para atender a interesses particulares e momentâneos, numa estratégia claramente eleitoreira, em um governo que se posicionava ideologicamente no campo da esquerda, é na verdade, como disse, expressão de uma mudança na orientação política do executivo municipal e da capitulação à velha maneira de se fazer política na região, fundada na troca de favores e cargos por apoio político.

Outra consequência dessa rotatividade e que, inevitavelmente, comprometera ainda mais a efetivação do processo de Gestão Democrática na rede municipal, é

---

<sup>11</sup> O vereador/secretário repete a mesma estratégia que o conduziu ao primeiro mandato (Desta feita, ele próprio conduzirá a pasta): a utilização de uma secretaria municipal de grande estrutura e impacto social, como instrumento de projeção pessoal e política e de controle de um grande contingente de cargos comissionados, distribuídos com aliados e cabos eleitorais.

expresso por uma técnica, lotada na Semed, quando afirmara que A clareza de perspectiva da gestão, enquanto ação coletiva e diretriz de governo, predominou na Secretaria nos primeiros anos de implementação da Gestão Democrática, apresentando problemas já a partir da primeira substituição no comando da SEMED, quando o processo começou a “emperrar”, as dificuldades cresceram e os problemas se avolumaram:

*A Gestão Democrática teve um salto de qualidade somente na gestão da Maria José Vianna, com o Sexta-feira [Alberto Cavalcante] houve um retrocesso [...], porque com o Sexta-feira emperrava, com o Maurício Quintella emperrava, com a Ana Deyse as coisas voltaram a caminhar...*

Outro problema de fácil constatação e que reflete tal desinteresse, percebe-se na não convocação, nos dois últimos mandatos do PSB (Katia Born), da Conferência Municipal de Educação, prevista inicialmente para acontecer a cada dois anos. E que, segundo seus idealizadores, deveria se constituir na instância mais ampla e democrática de formulação da política global no campo educacional, com a realização de pré-conferências preparatórias, realizadas por regiões política e estrategicamente delimitadas.

A Conferência Municipal de Educação, “*como ‘fórum’ máximo de deliberação dos princípios que deverão nortear as ações das Escolas da Rede Pública Municipal*”, só vai ser legalmente instituída a partir do Decreto nº 5.997 de 14 de setembro de 2000, que regulamentou o Sistema Municipal de Ensino, constituído pela Lei 4.949 de 06 de janeiro de 2000,<sup>12</sup> estipulando ainda a sua periodicidade: “*no mínimo, uma vez, no período correspondente a cada gestão municipal*” (Art. 14). Tal regulamentação, no campo jurídico-formal, não por acaso, dar-se-á na gestão (ou como consequência de

<sup>12</sup> A referência à criação da Conferência inserida no bojo do Decreto 5.997/00, como demonstram os depoimentos anteriores, não era conhecido pelas pessoas entrevistadas. Só tive acesso a esta informação ao final da pesquisa, quando vasculhava a legislação educacional em busca de informações sobre o Conselho Municipal de Educação.

ações implementadas nesta) de Maria Betânia Toledo que assumiu o comando da Pasta em fevereiro de 2000.

Mesmo considerando um grande avanço, a regulamentação — apesar de tardia (após sete anos de implantada a Gestão Democrática) —, e, apesar de não impor limites a sua realização, retroage — em relação às intenções daqueles que a idealizaram —, quando estabelece a obrigatoriedade (“mínima”, é verdade) de uma Conferência a cada quatro anos.

Quando assume o novo Secretário da Educação (no governo Kátia Born) e vereador eleito, Alberto Cavalcante (PSDB), ou simplesmente Sexta-Feira — sob o impacto político de uma filosofia administrativa diferenciada em relação aos governos anteriores e das resoluções da III Conferência —, assegura que será dada continuidade ao trabalho que já vinha sendo desenvolvido. *“Nossa intenção é aprofundar a gestão democrática, as conferências municipais de educação [grifo meu] e o trabalho que já existe”*,<sup>13</sup> destacando que esse teria sido *“o segredo do sucesso dos dois (sic) secretários que o antecederam”*.<sup>14</sup> Palavras ao vento, como afirmei, as Conferências não mais voltarão a acontecer.

200

Outro elemento que contribuirá para o descompasso na consolidação da Gestão Democrática na rede municipal, segundo uma importante dirigente da SEMED, foi a permanência de diretores oriundo dos governos anteriores, legitimados dentro do processo democrático e que, logo após reeleitos, eternizaram-se no poder a partir da utilização do mecanismo de inversão de chapa com seus adjuntos.<sup>15</sup> O resultado de tal manobra será a manutenção de um mesmo grupo político no controle de unidades

<sup>13</sup> Jornal Gazeta de Alagoas, 21.12.1996.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Em julho de 2003, é criada por um grupo de diretores a Associação dos Diretores e Ex-Diretores das Escolas Públicas de Maceió – ADEEPAM, que se constituirá num importante mecanismo de resistência conservadora, especialmente no que se refere à luta contra as tentativas de proibição da recondução infinita de diretores a frente da gestão escolar. Diversas tentativas de barrar esse tipo de procedimento serão ensaiadas e sempre refutadas ao longo dos anos. Essa situação irá perdurar até 2015 quando finalmente a legislação municipal é alterada proibindo a recondução de diretores e diretores adjuntos.

escolares, constituindo-se em verdadeiras oligarquias dentro daquele micro espaço de poder, perpetuando-se na direção da escola indefinidamente.

A interferência política na condução dos destinos da educação municipal, aqui claramente presente dentro SEMED, aponta, como afirmei anteriormente, para a permanência de uma prática política condenada pelos pioneiros, responsáveis pela implantação da Gestão Democrática em Maceió, elegendo a sua superação como um desafio a ser vencido, uma meta a ser alcançada e que, ao que tudo indica, foi abandonada pelos chefes do Executivo municipal, responsáveis por sua implementação.

Portanto, é a partir dos elementos aqui minimamente recuperados que nos é possível apontar para a predominância das permanências — pelo menos ao nível do órgão gerenciador da política —, de práticas políticas conservadoras, assentadas no clientelismo e no velho e carcomido fisiologismo, em contraponto às rupturas objetivadas pela política democratizante do governo que as implantou. Elementos que permanecem arraigados na estrutura e no fazer política da política local.

201

### **Referências bibliográficas:**

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. Alagoas 1980-1992: a esquerda em crise. Maceió, EDUFAL/LUMEN/ENGENHO, 1993.

CAVALCANTE, Margarete Pereira. A gestão democrática na escola pública, mimeo.

DE LA MORA, Luís. Aferição da qualidade da participação dos agentes envolvidos em mecanismos de gestão democrática do desenvolvimento local. Uma proposta metodológica. n: Lacerda, Norma e Leal, Suely (org.). *Relação público-privado: do local ao global, surgimento de novos atores na gestão das políticas públicas*. Editora UFPE, 1996.



FRANÇA, Ana Kátia Batista et al. Prontuário de estágio supervisionado da Secretaria Municipal de Educação-SEMED, Maceió, 1995, (Graduação) Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas.

\_\_\_\_\_, A participação da comunidade no processo de busca da cidadania – uma proposta da SEMED, Maceió, 1996, Trabalho de Conclusão de Curso-TCC (Graduação) Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas.

FRENTE Maceió popular. Maceió para todos: plano para uma gestão municipal popular, Maceió, 1992.

SEMED, Maceió. Registro da implantação da Gestão Democrática nas escolas de Maceió: Por uma Educação para todos. Secretaria Municipal de Educação, Maceió, 1995.